

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR: N.º 309/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 01-022.243/2023
PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 002/2023

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A – CNPJ nº 76.493.899/0001-93 comunica aos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA E EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, cujo Edital de embasamento assim se resume:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR, TELEVISOR, SOUNDBAR, TECLADO E MOUSE SEM FIO e FITA BACKUP LTO 3 ULTRIUM PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

PROPOSTAS: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **28 de FEVEREIRO de 2023 das 14h às 15h**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem através de outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **28 de FEVEREIRO de 2023 das 15h05min às 15h30min**.

EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do Edital de Embasamento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 09 de Fevereiro de 2023.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 – CURITIBA S.A
PREGOEIRO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, CNPJ nº 76.493.899/0001-93, torna público, que através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2023 – CURITIBA S/A, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), estará procedendo processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, utilizando-se de recursos da tecnologia de informações, ou seja, o **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, para aquisição do objeto especificado no item 3.1, **conforme autorização para licitar nº. 309/2023**, em face ao contido no **Processo Administrativo n.º 01-022.243/2023** e conforme Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A - RILC, instituído em atendimento a Lei Federal Nº. 13.303/2016 e disponível para consulta em: www.curitibasa.com.br, Lei Federal Nº. 10.520/2002, Leis Complementares Nº.s 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Decretos Municipais Nº.s 1.235/2003, 962/2016, 848/2018, 104/2019, 328/2021 e legislação correlata, de acordo com cláusulas abaixo descritas.

1.2. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

1.3. As despesas decorrentes da aquisição do objeto especificado no item 3.1., decorrem de recursos financeiros próprios da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A.

1.4. Em atenção aos incisos I e II do Art. 16 da lei Complementar nº 101/00, a despesa em questão está em harmonia ao disposto no PPA, na LDO e LOA vigente deste Órgão. Ainda, em atenção ao Art. 42 da LRF, foi observada a existência de caixa para pagamento e há disponibilidade financeira que evidencia a suficiência de recursos, para garantia de compromissos contratados pela presente licitação.

1.5. Em atendimento ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foram designados como Gestor e Suplente da contratação originada deste presente Pregão Eletrônico, os seguintes colaboradores:

- **GESTOR : Jorge Rangel Heckmann – Matrícula 81.647**
- **SUPLENTE: Davidson José Moulepes – Matricula 81.599**

2 - INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O Pregoeiro responsável pelo presente Pregão Eletrônico será **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES** designado através da Portaria nº 002/2023 – CURITIBA S/A.

2.2. A Equipe de Apoio designado através da Portaria nº 002/2023 – CURITIBA S/A, para este Pregão Eletrônico será formada por:

- **LILIAN CARDOSO - Matrícula n.º 81.613**
- **ADRIANE ORCHEL - Matrícula n.º 81.598**

2.3. Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão poderá ser conduzido e julgado por um dos Pregoeiros que fazem parte da equipe de apoio ou ainda, na impossibilidade, por outro indicado pela autoridade competente.

2.4. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, a área solicitante ficará responsável por esta análise.

2.5. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação da área solicitante.

3 - OBJETO

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico, o objeto se constitui na **AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR, TELEVISOR, SOUNDBAR, TECLADO E MOUSE SEM FIO e FITA BACKUP LTO 3 ULTRIUM PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.**, mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma de Lista de Itens do Processo, onde estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. Conforme o artigo 31 da Lei Federal no 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

3.4. Os itens cotados deverão estar de acordo e em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, e no formulário-proposta eletrônico bem como, os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais fazem parte integrante e inseparável deste processo, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4.1. A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) atender integralmente as especificações descrita(s) para o(s) item(ns), além das condições e exigências definidas no edital e seu(s) anexo(s).

4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E IMPUGNAÇÃO

4.1. **Boletins de esclarecimentos** – Para suprir todas as dúvidas e disponibilizar informações solicitadas pelas empresas interessadas, o Pregoeiro emitirá um boletim de esclarecimento, que será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.2. **Comunicados** – Qualquer comunicado referente a este certame será emitido pelo Pregoeiro e divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.3. **Ofícios** - Havendo inabilitação, o Pregoeiro convocará, por meio de ofício publicado no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, a próxima empresa classificada provisoriamente.

4.3.1. Automaticamente o sistema enviará para o endereço registrado no cadastro de fornecedores um e-mail, informando a existência deste ofício e anexo a este documento (chamamento) para primeiramente a aceitação ou não do item, como também a possibilidade de redução do valor registrado na fase de lances para preenchimento e devolução via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.1 Este chamamento deverá ser preenchido e devolvido via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.2 Caso o chamamento seja recebido no período da manhã, deverá obrigatoriamente ser respondido via e-mail para o Pregoeiro até às 12h do mesmo dia e, se recebido no período da tarde, a resposta deverá obrigatoriamente ser devolvida ao e-mail do Pregoeiro até às 18h do mesmo dia, atendendo ao previsto no § 5º do art. 30 do Decreto Municipal nº 1235/2003.

4.3.2. Os participantes que não atenderem ao item 4.3.1 e subitens estarão automaticamente DESCLASSIFICADOS.

4.4. É de responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da divulgação dos boletins de esclarecimentos e comunicados emitidos pelo Pregoeiro no Portal de Compras da Prefeitura Municipal da Curitiba. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.5. As dúvidas, pedidos de informações ou de esclarecimentos sobre o Edital deverão ser dirimidos **somente** pelo Pregoeiro e equipe de apoio designados para atuar neste processo, mediante solicitação **por escrito**, encaminhadas até **02 (dois) dias úteis anterior** à data fixada para o recebimento das propostas pelo sistema e-Compras Curitiba.

a) As solicitações previstas no item 4.4 deverão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:

- ❖ dmoulepes@curitiba.pr.gov.br
- ❖ aorchel@curitiba.pr.gov.br
- ❖ licardoso@curitiba.pr.gov.br

b) As solicitações feitas fora do prazo previsto no item 4.5. não serão respondidas.

c) O presente edital e as demais informações correlatas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.5. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das proponentes.

4.6. Quando da solicitação de esclarecimentos em relação ao presente edital, deverão ser observadas as disposições do Artigo 40 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A..

4.7. Conforme disposto no Decreto Municipal n.º 413/2015, fica instituído acesso eletrônico para a impugnação, nos procedimentos de contratação eletrônicas, no site : <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.7.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

4.7.2 As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

4.7.3 Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 4.7.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive, quanto a recursos.

5.2. Somente poderão participar da presente Licitação:

5.2.1 pessoas jurídicas de qualquer porte, pessoas físicas ou microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar federal nº 123/2006, Lei Complementar municipal nº 98/16, Decreto Municipal nº 962/16 e legislação correlata, que:

- a) satisfaçam integralmente as condições deste Edital;
- b) estejam cadastradas no sistema e-Compras Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br) e;
- c) estejam regularmente estabelecidos no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam incorporados ao objeto do presente Pregão Eletrônico e que execute atividade pertinente e compatível com este objeto.

5.2.2 Para os itens conforme consta no Termo de Referência, somente poderão participar as empresas enquadradas como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 98/16, Decreto Municipal nº 962/16 e alterações.

5.2.3 Nos itens que são destinados à COTA PRINCIPAL DE 75%, conforme consta no Termo de Referência, poderão participar TODAS as empresas de grande e de pequeno porte, microempresas e microempreendedores individuais que atendam aos requisitos do Edital.

5.2.4 Para a cota reservada, não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado, observado o item seguinte.

5.2.5 Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada (25%) e a Cota Principal (75%), a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela referida empresa.

5.2.6 Será desconsiderado o licitante que cotar o item para participação de ME/EPP/MEI e não se enquadrar nesta condição, nos termos da lei e deste edital.

5.3. É condição de participação nesta licitação o cadastramento no sistema e-Compras Curitiba e o cadastro no Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Curitiba, nos termos do Decreto Municipal nº 104/19 e do Decreto Municipal nº 328/21, com toda documentação exigida dentro de seu prazo de validade, inclusive, com o balanço patrimonial atualizado e do exercício exigível, nos termos legais, conforme Decreto Municipal nº 104/2019, sob pena de inabilitação.

5.3.1 A pessoa jurídica recém-constituída que não tenha encerrado o seu primeiro exercício social na forma da lei, poderá solicitar o registro cadastral, que terá vigência até 31 de dezembro do ano de sua constituição.

5.3.1.1 Os interessados deverão anexar os documentos pertinentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

5.4. O interessado enquadrado na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá, no momento do cadastramento no sistema e-Compras Curitiba, fazer a opção de seu enquadramento fiscal para possibilitar a aplicação das disposições da legislação específica.

5.4.1 A ausência de identificação como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual impedirá que o sistema e-Compras Curitiba identifique o benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas correlatas, inclusive, a consequência do parágrafo único do art. 8º do Decreto Municipal 962/2016.

5.4.2 A identificação inadequada no enquadramento na definição legal reservada à microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual configura fraude no certame, sujeitando a licitante à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.5. Para ter direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº123/2006 e Decreto Municipal nº 962/2016, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e

Microempreendedores Individuais, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo Pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

5.6. Não poderão participar desta licitação:

a) pessoas jurídicas, pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

b) as licitantes que se enquadrem no previsto do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

c) empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera federativa ou suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção;

d) nenhum servidor, seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão, nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município;

e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU-Plenário).

5.6.1 Os Secretários Municipais, o Procurador- Geral do Município, os ocupantes de cargo em comissão, os de função de confiança, bem como todos os servidores e empregados públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, não poderão firmar contrato com o Município antes de decorridos 90 (noventa) dias após findos os respectivos vínculos.

5.7. Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em consórcio.

5.8. A licitante deverá estar cadastrada para o grupo e subgrupo do objeto da licitação em que tenha interesse de participar.

5.8.1 Não será possível a apresentação de propostas e lances para os itens em cujos grupos e subgrupos a empresa não esteja cadastrada.

5.9. De acordo com a Instrução Normativa 156/2020 do TCE-PR e Decreto Municipal nº 329/2021, antes da adjudicação ao vencedor do objeto deste certame, será verificada a situação das empresas licitantes junto ao cadastro instituído pelo TCE-PR, a fim de evitar a contratação de pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com o Poder Público e demais atos exigíveis.

5.10 Não poderão participar da presente Licitação os interessados declarados inidôneos por qualquer esfera federativa, ou suspensos de licitar ou impedidos de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção, Conforme Art. 57 do Decreto Municipal 610/2019.

5.11 Nenhum servidor ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão; sendo que a vedação aplica-se desde o período em que se inicia a fase interna do processo licitatório, Conforme Art. 98 da Lei Orgânica do Município.

5.12 A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos cabíveis.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, através da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **28 de FEVEREIRO de 2023 das 14h00 às 15h00**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado, nem por outro meio que não através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

6.2. No caso de empate o critério de desempate se dará por sorteio ou pela ordem cronológica dos lances. As licitantes poderão até a data e horário da abertura fazer vários envios de proposta. Havendo empate, o critério de desempate, quando não houver lances, será o da ordem cronológica do aceite das propostas.

6.3. Para os itens nos quais a empresa não estiver cadastrada no grupo e subgrupo, não conseguirá apresentar proposta e lance.

6.4. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e - Compras Curitiba.

6.5. Após o preenchimento dos campos do preço, as empresas interessadas deverão enviar as suas propostas, através do Portal de Compras, que permanecerão criptografadas e invioladas até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

6.6. Para a formação do preço a licitante deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital, nos seus anexos e nas especificações do item.

6.7. No preço unitário da proposta deverão estar incluídos todos os custos, despesas, tributos, transporte e toda e qualquer taxa que incidir sobre o objeto.

6.8. Após o envio da proposta através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, não será mais possível a desistência ou a retirada injustificada da referida proposta, sendo a empresa responsável sujeita a procedimento administrativo e eventual aplicação de penalidades, conforme legislação aplicável.

6.9. No caso de empate o critério de desempate será pela ordem cronológica dos lances.

6.10. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário.

6.11. Qualquer proposta enviada por fac-símile, entregue junto ao Pregoeiro ou encaminhada via postal, não será aceita, somente através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

6.12. O envio de uma proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que a proponente:

a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e quaisquer outros publicados pelo pregoeiro, que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações escritas sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

b) sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela entrega/execução do objeto licitado;

c) considerou que os elementos desta Licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;

d) incluiu nos preços apresentados todas as despesas e encargos necessários para a execução do objeto licitado.

6.13. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data do seu envio para o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

6.14. As interessadas deverão informar a marca do (s) produto (s) cotado (s). O sistema não aceitará proposta sem a indicação da marca.

6.15. O interessado em participar do certame deverá cotar marca e modelo específico (se tiver), se a empresa não informar o modelo durante o pregão deverá fazê-lo via email ao pregoeiro, não podendo cotar mais de uma marca para o item, sob pena de desclassificação do item cotado.

6.16. Quando a empresa cotar marca que corresponda a vários modelos, deve indicar o modelo cotado (se a empresa não informar o modelo durante o pregão deverá fazê-lo via email ao pregoeiro), sob pena de desclassificação.

6.17. Para as interessadas que forem os próprios fabricantes, estes proponentes poderão indicar como marca a informação "PRÓPRIO FABRICANTE" ou "MARCA PRÓPRIA" assim, evitando identificar-se.

6.18. Após o preenchimento dos campos da marca, modelo e do preço, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, os interessados deverão enviar as suas propostas, através do Portal de Compras, que permanecerão criptografadas e invioladas até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

6.19. Caso as licitantes enviem propostas com valores empatados, o sistema ordenará as mesmas na sequência cronológica dos "aceites". As licitantes poderão até a data e horário da abertura fazer vários envios de proposta. Havendo empate, o critério de desempate, quando não houver lances, será o da ordem cronológica do aceite das propostas

6.20. Caso a licitante deixe de colocar o modelo correspondente à marca indicada na proposta, após a fase de lances, o pregoeiro verificará, se necessário, amostras, catálogos, para constatar se houve cotação conforme o exigido em edital. Caso a marca ofertada possua mais de um modelo, a licitante deverá informar ao pregoeiro qual o modelo que foi cotado, ficando ciente de que é vedada a troca de marca. As especificações mínimas deverão atender às exigências previstas em edital.

7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES

7.1. Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **28 de FEVEREIRO de 2023 das 15h05min às 15h30min**.

7.2. Para o envio dos lances, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e-Compras Curitiba.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

7.3. No dia e hora marcados para o início do recebimento dos lances, estes serão ofertados sobre o menor preço dentre as propostas apresentadas. O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação dos preços das propostas apresentadas e informará na tela, para envio dos lances, os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores.

7.4. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário.

7.5. No preço unitário do lance, deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos, embalagem, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), e toda e qualquer taxa que incidir sobre os materiais.

7.6. As dúvidas que eventualmente surgirem durante a sessão pública via Internet serão resolvidas pelo Pregoeiro, devidamente designado para o presente processo licitatório, através do “chat” de conversação.

7.7. A critério do Pregoeiro poderá ser determinado um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o término do envio dos lances, após o tempo regulamentar, nos termos do artigo 27, § 9º, do Decreto Municipal nº 1.235/2003. Caso este critério seja utilizado, os participantes serão informados através de mensagem, antes do término do prazo inicial fixado.

7.8. A qualquer momento o Pregoeiro poderá cancelar um ou mais lances que não atenderem às exigências do Edital e do artigo 86 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis. O cancelamento de lances deverá ser devidamente fundamentado.

7.9. A qualquer momento o Pregoeiro poderá bloquear a participação de um fornecedor que não esteja atendendo ao regulamento do Pregão Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou ainda, que se identifique durante a sessão de lances.

7.10. A partir do menor preço ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para o envio dos mesmos, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.12. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

7.13. O licitante poderá oferecer lances com valores inferiores ao último lance por ele ofertado, ou seja, o sistema registrará (no histórico de lances) os lances encaminhados pelos licitantes, cujos valores sejam inferiores ao último por estes ofertados. Caso o fornecedor não tenha interesse ou não possa baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, poderá encaminhar lances intermediários, ou seja, valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

7.14. Nos termos do art. 27, § 9º do Decreto Municipal nº 1235/2003, após o tempo regulamentar, a critério do Pregoeiro, poderá ser determinado um tempo aleatório, que será de até 30 (trinta) minutos, para o término do envio dos lances. Caso essa prerrogativa venha a ser utilizada, os participantes serão informados pelo Pregoeiro através de mensagem, antes do término do prazo inicial fixado.

8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo “MENOR PREÇO”.

8.1.1 O Julgamento será efetuado pelo “Menor Preço Item”

8.2 Após o término da sessão para envio dos lances será informada a empresa classificada com o menor lance. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio farão o julgamento da proposta.

8.3 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições.

8.3.1 Para fins de atendimento ao contido no item 8.3, confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

8.3.1.1 Serão desclassificadas as propostas com valor superior ao limite estabelecido no processo ou com preços manifestadamente inexequíveis.

8.3.2 A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do valor estimado no processo licitatório para o item em questão.

8.3.3 Se depois de adotada a providência referida no subitem 8.3.2 acima não for obtido valor igual ou inferior ao valor estimado no processo licitatório, será revogada a licitação ou conforme o caso, o item/lote a ser adquirido no processo licitatório.

8.4 Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.5 A aceitabilidade será aferida a partir dos valores praticados no mercado, vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.6 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obtenção de uma proposta mais vantajosa, conforme as disposições do item 8.3 do Edital.

8.7 A data para a divulgação do vencedor, do Edital de Resultado de Julgamento bem como da emissão e divulgação da Ata de Julgamento será informada pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, no “chat” de conversação ou através de comunicado a ser publicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento das datas.

8.8 O Edital de Resultado de Julgamento e a Ata de Julgamento estarão disponíveis para se efetuar o download no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br) a partir da data designada pelo Pregoeiro.

8.9 Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente comprovado e desde que aceito pelo Pregoeiro.

8.10 O valor ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

9 – PROCEDIMENTOS APÓS A FASE DE LANCES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
--

9.1. No presente certame, como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Decreto Municipal nº 962/2016.

9.2 Entende-se por empate ficto, neste certame, as situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

9.3 Quando houver empate ficto, após a fase de lances, o sistema eletrônico de compras do Município de Curitiba fará a validação automática das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos termos do Decreto Municipal nº 962/2016.

9.4 A preferência prevista, neste edital, será concedida, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 962/2016 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

9.5 Na hipótese de haver valores idênticos ofertados por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, será procedido ao sorteio para definição da ordem final de classificação.

9.6 Não havendo a contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7 Os procedimentos a serem adotados, no sistema de compras eletrônicas da Prefeitura Municipal de Curitiba, serão os seguintes, conforme Decreto Municipal nº 962/2016:

9.7.1 O Sistema e-Compras Curitiba solicitará para as Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, cadastrados no Sistema de Gestão Pública do Município de Curitiba e que se enquadram no empate ficto, o aceite das condições estabelecidas para envio dos novos lances, assim como os interessados em enviar novos lances menores do que o menor valor classificado, quando este não for Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. O tempo para dar o aceite será de 05 (cinco) minutos, a partir do horário de encerramento da sessão de lance do processo;

9.7.2 Após o aceite por parte das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, o tempo para o envio do(s) novo(s) lance(s) será de acordo com o número de ITENS de cada processo, conforme descrito abaixo:

9.7.2.1 Processos com 01 a 10 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 05 minutos;

9.7.2.2 Processos com 11 a 30 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 15 minutos; 9.7.2.3 Processos com mais de 31 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 30 minutos.

9.7.3 Todas as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais participantes, cadastrados no Sistema de Gestão Pública do Município de Curitiba e que se enquadram no empate ficto, podem dar o aceite e enviar seus lances, porém será

considerado, para efeitos de julgamento, somente as Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais que tinham o menor valor (durante a fase de lances) entre os que apresentarem o empate ficto. Caso essa empresa seja desclassificada ou inabilitada, o Pregoeiro poderá convocar as demais participantes, em ordem de classificação originada da sessão de lances, incluindo as demais Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, primeiramente, aquelas que se enquadram no empate ficto e que enviaram seus novos lances;

9.7.4 Caso não haja empate ficto ou se a vencedora for uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, o julgamento será feito na ordem de classificação obtida na relação das empresas classificadas após o término da sessão de lances.

10 – LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS

10.1. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo completo (datasheet) do(s) item (ns) solicitado(s), dentro de 7 dias úteis, a contar do envio de solicitação formal pelo Pregoeiro, dentro do horário por ele estipulado. Deverão ser entregues no endereço a ser indicado no documento enviado pelo Pregoeiro.

10.2. As condições referentes à apresentação dos laudos/ descritivos técnicos encontram-se descritas no item do Termo de Referência (Anexo IV).

11 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1 Somente será julgada a habilitação da empresa que for classificada com o menor lance.

11.2 Para a habilitação, serão exigidos os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, e a regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão estar em conformidade com o do regulamento do Decreto Municipal Nº. 104/2019 e 328/2021.

11.3 É de responsabilidade da empresa licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos.

11.4 A Relação Fornecedor da empresa que ofertou a melhor proposta será rubricada pelo Pregoeiro. A validade dos documentos será conferida e, no caso de a data de qualquer documento solicitado estar vencido, a Licitante será INABILITADA. Este documento fará parte do processo licitatório.

11.4.1 Em atendimento ao §3º do Art. 9º do Decreto Municipal Nº. 328/2021, para os documentos exigidos no Edital de Embasamento que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, o Pregoeiro concederá prazo de no mínimo 24 horas, para que o mesmo regularize a situação perante o serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP.

11.4.2 O prazo citado no item 11.4.1 admite prorrogação, desde que justificado pela parte interessada da necessidade de prorrogação do prazo para a apresentação dos mesmos.

11.4.3 A não regularização dos documentos faltantes, junto ao serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP ensejará na inabilitação da licitante.

11.4.4 No caso da documentação acima mencionada não seja postada conforme determinado pelo Decreto Municipal Nº. 328/2021, ou que a mesma tenha sido postada fora do prazo ou ainda que a documentação postada seja reprovada pelo serviço de auditoria do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Curitiba, o licitante será inabilitado.

11.5 A(s) Relação(ões) de Fornecedor(es) será(ão) rubricada(s) pelo Pregoeiro. A validade dos documentos será conferida e, no caso da data de qualquer documento solicitado estar vencida, a licitante será INABILITADA. Este(s) documento(s) fará(ão) parte do processo licitatório.

11.6 Quando algum documento for solicitado pelo Pregoeiro, através de e-mail ou Ofício, o(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em original, por qualquer processo de cópia, à exceção de fotocópia(s) em papel termo-sensível (fac-símile), devendo ser autenticada(s) por tabelião (Cartório) ou por funcionário da unidade que realiza a licitação, ou ainda apresentada prova da publicação em órgão de imprensa oficial.

11.7 Os documentos solicitados que forem emitidos pela Internet, NÃO precisam de autenticação em cartório, o Pregoeiro conferirá a autenticidade via Internet.

11.8 Os documentos que não constarem em seu texto o prazo de validade deverá ser apresentado com expedição máxima de 03 (três) meses, a contar da data de sua emissão.

11.9 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada.

11.10 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência que entender necessárias, adotando medidas de saneamento

destinada a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

11.11 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no presente Edital, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Serviço de Cadastro e Relação com os Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP.

11.11.1 Se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação.

11.12 Sendo a documentação aprovada e constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.13 Sendo a empresa classificada em primeiro lugar na etapa de lances enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte e, constatada alguma irregularidade na documentação fiscal e trabalhista da proponente classificada em primeiro lugar na etapa de lances, o Pregoeiro irá habilitá-la sob condição, comunicando a licitante do dever de regularização, junto ao Serviço de Cadastro e Relação com os Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP, no prazo fixado nas Leis Complementares Nº.s 147/2014 e 155/2016.

11.13.1 No caso de não regularização da documentação dentro do prazo regulamentado, a licitante será inabilitada.

11.14 CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.14.1 Para ter direito aos benefícios previstos nas Leis Complementares Nº.s 123/2006, 147/2014 e 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo Pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Se houver interesse, em substituição aos documentos citados, as interessadas poderão apresentar comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

11.14.2 As empresas que se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 3º e incisos da Lei Complementar Nº. 123/2006 e as alterações introduzidas pelas Leis Complementares Nº. 147/2014 e 155/2016, deverão apresentar toda a documentação de habilitação, mesmo que os documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentem alguma restrição, serão habilitadas sob condição resolutiva.

11.14.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, ficando facultado ao Pregoeiro a prorrogação do prazo por igual período, para a regularização da documentação.

11.14.4 A não regularização da documentação no prazo previsto, no item acima, junto ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou revogar a licitação, nos termos do art. 43, § 2º da Lei Complementar Nº. 123/2006.

12 – DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DAS CONTRARRAZÕES, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 DA IMPUGNAÇÃO

12.1.1 Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. - RILC, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

12.1.2 As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, poderão impugnar o presente Edital, por meio do endereço eletrônico www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

12.1.3 As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A., ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do Pregoeiro designada para o presente processo licitatório.

12.1.4 Caso o interessado na impugnação seja cidadão não licitante, o procedimento de impugnação poderá ser feito por meio do endereço eletrônico www.e-compras.curitiba.pr.gov.br e também através dos meios indicados no item 12.1.3 do Edital.

12.1.5 Não serão aceitas impugnações encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados nos itens 12.1.2 e 12.1.3 do Edital.

12.1.6 Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de impugnação por meio do sistema de contratações eletrônicas.

12.1.7 As Impugnações recebidas através dos meios indicados no item 12.1.3 do Edital, serão inseridas no sistema de contratações eletrônicas pelo Pregoeiro responsável pela condução do presente processo.

12.1.8 Todas as impugnações realizadas através dos meios indicados nos itens 12.1.2 e 12.1.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

12.2 DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM INTERPOR RECURSO

12.2.1 O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado imediatamente após a divulgação dos documentos citados no parágrafo sexto do artigo 30 do Decreto Municipal Nº. 1.235/2003. O prazo para a manifestação da intenção de interpor recurso será de 04 (quatro) horas úteis, ou seja, das 12:30 às 16:30 horas do dia útil seguinte da divulgação do resultado final de julgamento da licitação.

12.2.2 Caso o licitante possua interesse em interpor recurso administrativo, o mesmo deverá manifestar a intenção diretamente no sistema de contratações eletrônicas (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), em campo específico, respeitados os prazos legais previstos na legislação vigente.

12.2.3 A manifestação do interesse em interpor recurso também poderá ser realizada através de documento protocolado junto a CURITIBA S.A., ou por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

12.2.4 Não serão aceitas intenções de interposição de recurso administrativo encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente as manifestações recebidas através dos meios relacionados nos itens 12.2.2 e 12.2.3 do Edital.

12.2.5 As manifestações recebidas através dos meios indicados no item 12.2.3 do Edital, serão inseridas no sistema de contratações eletrônicas pelo Pregoeiro responsável pela condução do presente processo.

12.2.6 Todas as intenções de interposição de recurso administrativo, realizadas através dos meios indicados nos itens 12.2.2 e 12.2.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

12.2.7 Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de manifestação de interesse em interpor recurso administrativo por meio do sistema de contratações eletrônicas.

12.3 DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.3.1 Quando da interposição de recurso ou das contrarrazões ao mesmo, deverão ser observadas as disposições do artigo 33 e seus §§, todos do Decreto Municipal Nº. 1.235/2003 e o Decreto Municipal Nº. 413/2015 e dos incisos 23 a 27 do artigo 64 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br.

12.3.2 Durante os prazos legais previstos na legislação vigente será aberto campo específico no sistema de contratações eletrônicas, para que o interessado insira seu recurso administrativo no sistema de compras eletrônicas (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

12.3.3 Os interessados também poderão encaminhar as razões do seu recurso administrativo através de documento protocolado junto a CURITIBA S.A., ou por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

12.3.4 Havendo interposição de recurso, o sistema permitirá que os demais licitantes interessados apresentem a respectiva Impugnação (Contrarrazões) no mesmo modo que indicam os itens 12.3.2 e 12.3.3 do Edital.

12.3.5 Não serão aceitos recursos administrativos ou contrarrazões encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados nos itens 12.3.2 e 12.3.3.

12.3.6 Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de interposição de recurso administrativo e de contrarrazões por meio do sistema de contratações eletrônicas.

12.3.7 Os Recursos ou Contrarrazões de recurso recebidos através dos meios indicados nos itens 12.3.2 e 12.3.3 do Edital, serão inseridos no sistema de contratações eletrônicas pelo Pregoeiro responsável pela condução do presente processo.

12.3.8 Todas as interposições de recurso administrativo e de contrarrazão aos mesmos que forem realizadas através dos meios indicados nos itens 12.3.2 e 12.3.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

12.3.9 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

12.3.10 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.3.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.3.12 Homologado o resultado prolatado pela Autoridade Competente, a proponente Vencedora será convidada, por escrito, dentro do período de validade da proposta, a comparecer em data, hora e local que forem indicados, para a assinatura do Contrato, quando houver.

12.3.13 Antes da Adjudicação ao Vencedor do objeto deste certame, em atendimento a Instrução Normativa 37-2009 do TCE-PR e Decreto Municipal Nº. 261/2010, será verificada a situação das empresas licitantes junto ao cadastro instituído pelo TCE-PR, a fim de evitar a contratação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com o Poder público. Este mesmo procedimento será realizado junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparências do Governo Federal (www.portaltransparencia.gov.br).

NOTA: Havendo indícios de que há qualquer manifestação, das indicadas no item 10 e seus subitens, efetuada somente com a finalidade de impedir, perturbar, protelar ou tumultuar o trâmite procedimental da presente licitação, poderá o Pregoeiro solicitar a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidades, observados os princípios do contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de ser oficiado o Ministério Público sobre o ocorrido.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A ausência de manifestação motivada da licitante para interposição do recurso dentro do prazo estabelecido ou o julgamento do recurso interposto importará na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação do procedimento, desde que constatada a regularidade dos atos praticados.

13.2. Homologado o processo, será emitido Autorização de Fornecimento pela CURITIBA S.A., o qual deverá ser verificado pela empresa declarada vencedora conforme procedimentos mencionados no item 12 deste Edital.

14 – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

14.1. Após a homologação do processo licitatório, é dever da licitante verificar todas as Autorizações de Fornecimento no Sistema e-Compras Curitiba, conforme Decreto Municipal nº 1.603/09.

14.2. No Sistema e-Compras Curitiba as Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento devem ser consultadas no menu do portal personalizado, em "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento".

14.3. Caso seja do interesse do fornecedor, as Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento poderão ser impressas.

14.3.1. A cópia da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento servirá unicamente para orientação do fornecedor quanto ao prazo e condições para a entrega dos produtos ou prestação dos serviços.

14.4. O prazo de entrega do objeto licitado será contado a partir da data de disponibilização da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no portal personalizado do fornecedor

14.5. O não cumprimento do prazo de entrega acarretará a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e neste edital.

14.6. No caso de dúvidas quanto aos prazos de entrega do objeto contratado, será considerada, como marco inicial, a data da disponibilização da Autorização de Fornecimento informada no relatório obtido junto ao Sistema de Gestão Pública do Município, à disposição dos interessados.

14.7. A aceitação do empenho pela empresa vencedora da licitação após o prazo de validade da proposta importa em prorrogação tácita desta, que não desonera a empresa de dar cumprimento aos prazos previstos para entrega do objeto. Em tal hipótese, verificando-se atraso, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório.

14.8. A empresa vencedora deverá observar na Autorização de Fornecimento todas as informações sobre a entrega do objeto: nome, matrícula e telefone do responsável pelo recebimento e o endereço para entrega.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, as partes assumem obrigações recíprocas.

15.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

I. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, na execução da entrega dos produtos contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

II. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais e trabalhistas, inclusive respeitar as normas regulamentadoras, assim como as previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento.

III. Fornecer o objeto/produto entregue licitado rigorosamente com as especificações contidas no Edital, sob pena de aplicação de penalidade nos termos da lei e deste Edital, e estar ciente de que, em caso de devolução do objeto licitado por estar em desconformidade com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa vencedora.

IV. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados.

V. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe, inclusive, o acesso a documentos relativos aos produtos entregues.

VI. Responsabilizar-se pelo total atendimento à especificação do objeto licitado. Se o objeto não atender as especificações solicitadas, este será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento.

VII. Assumir inteira responsabilidade pelos produtos entregues de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos bem como Normas Vigentes cabíveis.

VIII. Assumir integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução dos objetos entregues contratados, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência.

IX. Responsabilizar-se, além dos casos previstos nos itens acima, pela (o):

- a) Imperfeição de todo e qualquer objeto entregue;
- b) Entrega insuficiente ou defeituosa dos objetos entregues contratados;
- c) Sinalização adequada do local do objeto entregue;
- d) Por evitar toda e qualquer forma de fraude na execução dos objetos entregues

15.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CURITIBA S.A., ATRAVÉS DO GESTOR OU SUPLENTE DO CONTRATO:

I. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela empresa.

II. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação, por escrito, da Empresa, ressaltados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la, em todos os casos omissos, do presente ajuste.

III. Rejeitar no todo ou em parte o fornecimento do objeto, se estiver em desacordo com o estipulado neste edital.

IV. Notificar por escrito sobre aplicação de eventuais multas e/ou outras penalidades de sua responsabilidade.

V. Notificar, por escrito, a Empresa, se verificado qualquer problema no objeto licitado, poderá ser ordenada a suspensão da entrega e respectivos pagamentos se, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. Os preços cotados para o objeto deste certame deverão ser para pagamento em 01 (uma) parcela, condicionada ao cumprimento das fases e entrega dos produtos.

16.2. A CONTRATADA emitirá a Fatura/Nota Fiscal correspondente a(s) Autorização(ões) de Fornecimento emitida(s), encaminhando-a à CONTRATANTE.

16.3. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido posterior à data de apresentação da fatura correspondente.

16.4. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se tão somente cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na Área de Finanças e Contabilidade da CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Edital.

16.6. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Fatura/Nota Fiscal (contendo o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere), o comprovante de regularidade relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, à seguridade social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação das certidões/certificados correspondentes, bem como, a certidão de regularidade dos tributos estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda e a certidão de regularidade dos tributos municipais, expedida pela Prefeitura Municipal (incluindo tributos mobiliários e imobiliários) e certidão de regularidade de débitos trabalhistas, a CNDT, expedida pela justiça do trabalho.

16.6..1. Os documentos acima nominados deverão estar dentro dos seus prazos da validade.

16.6..1.1. Como a CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, caso a mesma apresente alguma das certidões listadas no item 16.6 acima com o prazo de validade vencido, será a CONTRATADA notificada do fato em questão, ou seja, do dever de regularizar a situação e da necessidade de apresentar uma nova certidão válida à CONTRATANTE, ou seja, dentro do seu prazo de validade.

16.6.1.2. O não atendimento ao contido no subitem 16.6.1.1 acima pela CONTRATADA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá levar a rescisão do Contrato, sem prejuízo também de aplicação a mesma das penalidades previstas em Lei e neste Edital. (Acórdão Nº. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

16.7. As certidões emitidas via internet poderão ter a autenticidade reconhecida mediante consulta ao sítio eletrônico do órgão/entidade emissora.

16.8. A empresa vencedora terá a obrigação de manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.9. Na Fatura/Nota Fiscal deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor, bem como, o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere.

16.10. Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento de qualquer parcela, o valor será atualizado em 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", calculado sobre o valor da Fatura/Nota Fiscal, a título de compensação financeira.

16.11. Para a hipótese definida no item 16.10 do edital, a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura(s) suplementar(es), identificando de forma clara de que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da CONTRATANTE.

16.12. Os dispêndios decorrentes do presente processo correrão por conta dos recursos próprios da CURITIBA S.A.

16.13. O pagamento da primeira parcela será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos objetos da licitação, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura da empresa contratada.

16.14. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela licitante vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, na data de apresentação da proposta e nas condições previstas nas especificações contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo objeto contratado.

16.15. A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, CNPJ: 76.493.899/0001-93, INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 45, CEP: 80.010-180, CENTRO, CURITIBA – PR.

16.16. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo haja recolhido a multa que eventualmente lhe tenha sido aplicada.

16.17. Os preços acordados serão considerados fixos e irrevogáveis.

16.18. As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3.330/2008, relativo à apresentação da nota fiscal eletrônica.

16.19. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo tenha recolhido a multa que lhe tenha sido aplicada.

17 – DAS PENALIDADES

17.1 São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, assim como aquelas previstas no Decreto Municipal Nº. 1.235/2003.

17.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor:

17.2.1 Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

17.2.2 Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

17.2.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 01 (um) ano, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

17.2.4 Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso no fornecimento, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

17.2.5 Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no subitem anterior e a imposição das sanções previstas no item 17.2.2 ou 17.2.3.

17.2.6 Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o Valor do Contrato, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

17.3 As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

17.4 Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

17.5 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

17.5.1 Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

17.6 As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

17.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 17 não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

17.8 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pelo fornecimento dos objetos, de acordo com o prescrito no Edital e conseqüentemente responde, civil e criminalmente por todos os danos que no seu fornecimento venha a provocar, direta ou indiretamente para a CURITIBA S.A.

18 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

18.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e. “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

18.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município - DOM.

19.3 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOM.

19.4 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

19.5 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), anterior à data fixada para recebimento das propostas.

19.6 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame exceto quando o acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

19.7 A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitadora, derivados da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

19.8 A empresa contratada fica estritamente vinculada aos termos de sua proposta.

19.9 Em atendimento a exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE, conforme art. 48 da Instrução Normativa Nº. 45/2010 – DCM, todas as empresas licitantes deverão obrigatoriamente complementar seus dados cadastrais na Prefeitura Municipal de Curitiba com as seguintes informações referentes ao Quadro Societário: nome do sócio, participação do sócio na empresa (representante legal ou membro), registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, data do registro e número de registro. Estas informações devem ser obrigatoriamente extraídas da última alteração do Contrato Social, devidamente registradas na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a atividade da Empresa.

19.10 Para tanto, visando o atendimento do item 18.9, as empresas devem entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP, setor de Cadastro de Fornecedores, situada a Rua Solimões Nº. 160, Alto São Francisco, telefones (41)3350-9065, (41)3350-9116 e (41)3350-9017 para maiores esclarecimentos e envio dos documentos.

19.11 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade da proposta apresentada bem como dos lances ofertados.

19.12 Em razão do processo administrativo que gerou a presente licitação ser eletrônico, nos termos do Decreto Municipal Nº. 848/2018, todos os documentos entregues em papel ao Pregoeiro pelos licitantes, serão digitalizados após o seu julgamento, para que os mesmos sejam inseridos no processo eletrônico, que gerou a presente licitação, por meio do Sistema Único de Protocolo - SUP.

19.12.1 Conforme disposto no § 2º do Artigo 2º- A da Lei Federal Nº. 12.682/2012, após a digitalização dos documentos entregues pelos licitantes, os documentos digitalizados possuem o mesmo valor jurídico que os documentos originais entregues por meio dos envelopes de proposta e de habilitação.

19.12.2 Os documentos físicos, entregues pelos licitantes ficarão de posse do Pregoeiro até a homologação do processo licitatório. Após a homologação os documentos ficarão

disponíveis aos licitantes interessados para retirada por um período de 30 (trinta) dias contados a partir da data da homologação do resultado da licitação, e caso os licitantes não retirem os documentos dentro do prazo estipulado, os mesmos poderão ser incinerados.

19.13 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

Curitiba, 09 de Fevereiro de 2023.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A
PREGOEIRO

RELAÇÃO DE ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

ANEXO I : Projeto Básico e Condições de Contratação

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

PROJETO BÁSICO E CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR, TELEVISOR, SOUNDBAR, TECLADO E MOUSE SEM FIO e FITA BACKUP LTO 3 ULTRIUM PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

1.1. ESTIMATIVAS:

DESCRIÇÃO	QTDE	U.C.	CÓDIGO DO ÍTEM
Microcomputador DESKTOP Padrão	11	unidade	86.01.04.08312-6
Microcomputador DESKTOP Padrão Cota ME/EPP	4	unidade	86.01.13.60192-0
Microcomputador ARQUITETURA	4	unidade	86.01.04.08312-6
Microcomputador ARQUITETURA Cota ME/EPP	2	unidade	86.01.13.60192-0
Fita Backup	10	unidade	86.03.04.04687-0
Televisor	2	unidade	72.07.10.62803-4
Soundbar	1	unidade	58.02.01.76175-0
Teclado e Mouse	1	kit	86.03.04.35092-6

1.2 DADOS DA LICITAÇÃO:

1.2.1 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico. A modalidade licitatória a ser adotada está em conformidade com os termos da necessidade do objeto e de acordo com a origem do recurso orçamentário e financeiro.

1.2.2 Tipo de Licitação: AMPLA PARTICIPAÇÃO, COTA RESERVADA DE ATÉ 25% E ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Aplica-se para o objeto o disposto nos arts. 47 e 48

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

da Lei Complementar n.º 123/2006. Concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os itens 86.01.13.60192-0 - MICROCOMPUTADOR (COTA ME/EPP/MEI) - Padrão e Arquitetura - são COTA RESERVADA DE ATÉ 25% ME/EPP/MEI.

1.2.3 Será necessário a proponente indicar MARCA na proposta. Caso a proponente não indique o modelo do produto na proposta, poderá ser solicitado após a fase de lances a indicação do modelo correspondente à marca cotada (quando necessário para análise da proposta apresentada).

1.2.4. INFORMAÇÃO SOBRE POSSIBILIDADE OU NÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NO CERTAME

Não será aceita a participação de empresas em CONSÓRCIO, tendo em vista a especificidade do objeto a ser contratado.

1.2.4.1 JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO - A admissão ou não de consórcio constitui decisão administrativa de cunho técnico ou administrativo. No caso em tela, por opção da Administração, o edital deverá ser elaborado vedando a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto é de baixa complexidade e possível de ser atendido por única empresa. O consórcio tem cabimento nos casos em que condições de mercado ou a complexidade do objeto prejudicam a competitividade necessária para a seleção da proposta mais vantajosa, o que não se aplica ao objeto a ser licitado. Sendo assim, a empresa que vier a ser contratada deverá arcar individualmente com todas as condições previstas para a aquisição/prestação dos serviços. A vedação de participação de consórcios de empresas visa afastar a restrição a competição, que poderia ocorrer com a reunião de empresas, que individualmente poderiam concorrer entre si, melhor atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

1.2.5 O critério de adjudicação será por item.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição **COMPUTADOR, TELEVISOR, SOUNDBAR, TECLADO E MOUSE SEM FIO e FITA BACKUP LTO 3 ULTRIUM** tem por finalidade suprir as necessidades da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., a fim fornecer um SERVIDOR capaz de garantir a segurança e a eficiência da rede lógica da Companhia, visando propiciar uma assistência adequada e atendimento com qualidade aos sistemas computacionais utilizado.

2.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, na acepção da Lei nº 10.520, de 2002. Tal classificação se justifica pelo fato de o objeto estar disponível para aquisição a qualquer momento, com suas características pré-determinadas, sem qualquer peculiaridade necessária, sendo possível sua substituição por objeto similar.

2.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - O objetivo é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, com a aquisição de bens adequados à utilização pretendida.

Não poderão ser fornecidos: produtos impróprios ao uso e consumo; com alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança; que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais.

Não poderão participar da licitação, empresas que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crime ambiental, conforme o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998.

As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

II - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

2.3.1 JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Visando atender o Art. 9º do Decreto Municipal nº 1.668/2013, onde foi determinado que para a contratação a ser promovida pela Administração deverão preferencialmente ser estabelecidos critérios para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os critérios de sustentabilidade adotados estabelecidos estão devidamente fundamentados e são pertinentes ao objeto a ser contratado. Foram adotados critérios/práticas de sustentabilidade economicamente viáveis para a contratação, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 1.668/2013.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMO COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, na acepção da Lei nº 10.520, de 2002.

3.2. DECLARAÇÃO DE OBJETO COMUM : Declaramos que o objeto em questão se trata de bens comuns, de baixa complexidade. Os padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 As Especificações Técnicas dos itens a serem adquiridos bem como os quantitativos por órgão estão descritos na relação abaixo:

ITEM 1 : Microcomputador - DESKTOP PADRÃO - Ampla Concorrência

Quantidade : 11

Valor Máximo Unitário : R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais)

Cód. SGP.: 86.01.04.08312-6

ITEM 2 : Microcomputador - DESKTOP PADRÃO - Cota Microempresa

Quantidade : 04

Valor Máximo Unitário : R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Cód. SGP.: 86.01.13.60192-0

ESPECIFICAÇÕES ITEM 1 e 2 : Microcomputador - DESKTOP PADRÃO

PROCESSADOR

- 08 Núcleos;
- 16 threads;
- Memória cache de 16MB;
- Clock de 2.9 GHz (frequência base do processador);
- Conjunto de instruções 64 bits;
- Processador auditado obrigatoriamente no mês de publicação do edital com o software PC MARK 10 (<https://benchmarks.ul.com/compare/best-cpus?types=DESKTOP>), índice mínimo em 3DMark Physics Score de 10000 (dez mil) pontos;
- O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64 bits.

MEMÓRIA RAM

- Memória RAM instalada de 16GB, padrão, DDR4 (PC4 3200 MHz). Deve ser fornecida pelo fabricante do microcomputador;
- Taxa de transferência mínima de 3.200 MB/s;
- Deve possuir (1) slot livre para expansão de memória.

PLACA-MÃE

- Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou desenvolvida especialmente para o mesmo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum ou equipamentos desenhados ou voltados ao mercado doméstico, já que o equipamento a ser ofertado deve fazer parte de linha de produtos do fabricante, desenhada e voltada ao mercado corporativo;
- Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo TPM na versão 2.0 ou superior;

- Possuir no mínimo 08 (oito) portas USB. Pelo menos 4 (quatro) dessas portas deverão ser padrão USB 3.1 ou superior, estando localizadas da seguinte forma: 2 (duas) portas USB 3.1 ou superior na parte frontal do equipamento e 2 (duas) portas USB 3.1 na parte traseira do equipamento. Não será permitido uso de "hub" USB para atender ao número mínimo de portas solicitadas;
- Possuir no mínimo 02 (duas) interfaces de vídeo, sendo obrigatoriamente no mínimo 01 (uma) no padrão HDMI 1.4 ou superior, não sendo aceito qualquer tipo de adaptação para essa exigência.

GABINETE

- Minitorre ou Micro torre, padrão ATX Deverá ter características "Tool Less";
- Possuir local para uso de cadeado para evitar acessos indevidos ao gabinete;
- Deverá possuir um sistema de resfriamento auxiliar, como por exemplo, um ventilador/exaustor adicional.

INTERFACE DE VÍDEO

- 1 (uma) controladora gráfica integrada com no 1 GB de memória e suporte para utilização de 02 (dois) monitores simultâneos, devendo possuir no mínimo 01 (uma) entrada no padrão HDMI 1.4 ou superior mais 01 (uma) entrada VGA;
- Para a entrada VGA será aceito adaptador (HDMI/VGA ou DP/VGA) se for do mesmo fabricante ou que tenha certificado de compatibilidade emitido pelo fabricante;
- Tecnologia 3D;
- A Alocação de memória poderá ser dinâmica ou pré-definida;
- Suportar no mínimo resolução de 1920x1080 pixels, Full HD, modo de 16,7 milhões de cores, 60Hz (Sessenta Hertz).

INTERFACE DE REDE

- Padrão gigabit ethernet 10/100/1000;
- Configuração via software (jumperless);
- Programa de instalação e configuração compatível com o sistema operacional ofertado.

FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- Fonte de alimentação 100-210v com seleção automática de voltagem;

- A fonte deve ter tecnologia PFC ativo – correção de fator de potência ativo para evitar a perda de energia com no mínimo 85% de eficiência;
- Potência mínima, acompanhada de conectores suficientes para suportar a configuração máxima prevista para o equipamento.

UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

- Uma unidade de disco sólido, do tipo SSD M.2 SATA, com capacidade mínima de 512GB.

TECLADO

- Padrão ABNT2;
- Com todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive "Ç";
- Conector USB, vedado o uso de adaptador ou conversor de padrão;
- Projetado e desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

MOUSE

- Mouse de 2 botões, ambidestro (simétrico);
- Com roda (wheel) para scroll;
- Com tecnologia óptica (sem esfera);
- Não necessitar nenhum tipo de PAD especial;
- Resolução mínima de 600 dpi;
- Plug-and-Play compatível com Microsoft Windows;
- Conector USB, vedado o uso de adaptador ou conversor de padrão;
- Acompanhado de mouse-pad;
- Projetado e desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

GABINETE DA CPU

- O gabinete deverá, obrigatoriamente, ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;
- Utilizável, de maneira estável, segura e adequada ao uso, sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do equipamento, sem a utilização de fresagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes;

- Base ou pés em material antiderrapante. Caso o projeto do equipamento admita a inserção de adesivos emborrachados ou outro material antiderrapante, estes já deverão estar fixados no equipamento quando for entregue;
- Não sendo aceito a utilização de parafusos reutilizados;
- Com sistema de refrigeração adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes;
- O gabinete do equipamento deve ter apresentação sóbria, para uso corporativo;
- Não serão aceitos efeitos de iluminação ou transparências (janelas). A cor do conjunto (teclado, mouse e gabinete) deve ser harmoniosa, apresentando a mesma cor ou uma cor predominante. A paleta admitida na cor preto. Detalhes serão admitidos, desde que discretos, sem descaracterizar a paleta predominante;
- O gabinete deve possuir botão liga/desliga e botão reset com indicador na parte frontal do equipamento;
- O gabinete deve possuir indicador de acesso ao disco rígido na parte frontal do equipamento;
- O gabinete deve permitir a instalação da placa adicional sem a necessidade de adaptações ou troca do gabinete ofertado;
- Deverá ser obrigatoriamente montado na posição vertical, sem a necessidade de adaptações.

MONITOR

- Deverão ser fornecidos monitores da mesma marca e modelo entre si;
- O monitor deverá, obrigatoriamente, ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido (sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante), e possuir a mesma tonalidade do gabinete do desktop (cor);
- Tipo LED;
- Mínimo de 21,5", Máximo de 23,8";
- Widescreen;
- Colorido;
- Plug and Play;
- Ângulo de visão: 178° horizontal e 178° vertical;
- Deve executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Controles digitais: brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;

- Com controle OSD para configuração do monitor;
- No mínimo 2 conectores, tipo VGA e HDMI ou DP;
- Para a entrada VGA será aceito adaptador (HDMI/VGA ou DP/VGA) se for do mesmo fabricante ou que tenha certificado de compatibilidade emitido pelo fabricante;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Deverá assumir a mesma garantia da máquina ofertada, conforme o item garantia;
- Cada cabo deverá ser fornecido com um adaptador para o padrão antigo de tomadas (2P + T), desenvolvido em conformidade com a norma NBR 14936:2006 e para a corrente elétrica nominal compatível com o equipamento;
- Deve possuir haste com regulagem de altura e inclinação;
- Deve ser plano.

COMPATIBILIDADE E PADRONIZAÇÃO

- O equipamento deverá ser totalmente montado pelo fabricante e entregue em embalagem por ele lacrada, não permitindo ao licitante quaisquer alterações nos equipamentos;
- Todos os componentes internos do equipamento, principalmente pentes de memória, deverão estar instalados livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado. Para isso, a organização interna dos componentes e cabos deve ser adequada sem a utilização de adaptadores, fresagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento;
- O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à assistência técnica e garantia no Brasil;
- Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, não será aceita a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento pelo licitante;
- Os componentes do equipamento (monitor de vídeo, gabinete, teclado e mouse) deverão ser do mesmo fabricante, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;

- Os componentes do equipamento e seus acessórios (gabinete, drive de CD/DVD, mouse, teclado e monitor) deverão ser da mesma cor/tonalidade ou a combinação de cores, conforme paleta de cores definida para o gabinete;
- O equipamento, além de seus drivers e outros softwares fornecidos, deverá ser compatível com o sistema operacional Windows 11 Pro ou superior e Office Home & Business 2021 - PT-BR. O equipamento deverá comprovadamente pertencer à linha corporativa, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;
- O modelo de equipamento ofertado deverá ser registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) da agência de proteção Ambiental (EPA), no mínimo na categoria Bronze, no site: <http://www.epeat.net>, comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação, apresentado na fase de Habilitação;

CERTIFICAÇÃO

- O microcomputador deverá estar listado na categoria de sistema na HCL (Hardware Compatibility List) Microsoft para Windows 11;
- Certificação EPA Energy Star 5.0 e Certificação EPEAT no mínimo na categoria Bronze, sendo apresentado na fase de Habilitação;
- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);
- Deve possuir certificação ISO 7779 para emissão de ruídos, apresentado na fase de habilitação;
- O equipamento deverá possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente, e apresentado na fase de Habilitação;
- O equipamento deverá apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC 61000 comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou internacional equivalente, apresentado na fase de Habilitação;
- Deve possuir certificação ISO 9001 ou ISO 9002 válida, obtida pelo fabricante original do produto ofertado, apresentado na fase de Habilitação;

- As comprovações poderão ser feitas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas, apresentado na fase de Habilitação.

SOFTWARE E DOCUMENTAÇÃO

- Cada equipamento deverá ser acompanhado de uma licença do Microsoft Windows 11 Pro ou superior e Office Home & Business 2021 64 bits ou superior, em Português do Brasil, pré-instalado, com a respectiva etiqueta de autenticidade afixada ao gabinete do equipamento ou, no mínimo, fornecimento de uma listagem, em papel timbrado e assinada pelo responsável;
- Repasse formal e devidamente documentado das informações em formato digital;
- Os drivers devem estar disponíveis no site do fabricante conforme o modelo do equipamento.

ITEM 3 : Microcomputador - DESKTOP ARQUITETURA - Ampla Concorrência

Quantidade : 4

Valor Máximo Unitário : R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

Cód. SGP.: 86.01.04.08312-6

ITEM 4 : Microcomputador - DESKTOP ARQUITETURA - Cota Microempresa

Quantidade : 02

Valor Máximo Unitário : R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

Cód. SGP.: 86.01.13.60192-0

ESPECIFICAÇÕES ITEM 3 e 4 : Microcomputador - DESKTOP ARQUITETURA

PROCESSADOR

- 08 Núcleos;
- 16 threads;

- Memória cache de 16MB;
- Clock de 2.9 GHz (frequência base do processador);
- Conjunto de instruções 64 bits;
- Processador auditado obrigatoriamente no mês de publicação do edital com o software PC MARK 10 (<https://benchmarks.ul.com/compare/best-cpus?types=DESKTOP>), índice mínimo em 3DMark Physics Score de 10000 (dez mil) pontos;
- O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64 bits.

MEMÓRIA RAM

- Memória RAM instalada de 16GB, padrão, DDR4 (PC4 3200 MHz). Deve ser fornecida pelo fabricante do microcomputador;
- Taxa de transferência mínima de 3.200 MB/s;
- Deve possuir (1) slot livre para expansão de memória.

PLACA-MÃE

- Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou desenvolvida especialmente para o mesmo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum ou equipamentos desenhados ou voltados ao mercado doméstico, já que o equipamento a ser ofertado deve fazer parte de linha de produtos do fabricante, desenhada e voltada ao mercado corporativo;
- Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo TPM na versão 2.0 ou superior;
- Possuir no mínimo 08 (oito) portas USB. Pelo menos 4 (quatro) dessas portas deverão ser padrão USB 3.1 ou superior, estando localizadas da seguinte forma: 2 (duas) portas USB 3.1 ou superior na parte frontal do equipamento e 2 (duas) portas USB 3.1 na parte traseira do equipamento. Não será permitido uso de "hub" USB para atender ao número mínimo de portas solicitadas;
- Possuir no mínimo 02 (duas) interfaces de vídeo, sendo obrigatoriamente no mínimo 01 (uma) no padrão HDMI 1.4 ou superior, não sendo aceito qualquer tipo de adaptação para essa exigência.

GABINETE

- Minitorre ou Micro torre, padrão ATX Deverá ter características "Tool Less";

- Possuir local para uso de cadeado para evitar acessos indevidos ao gabinete;
- Deverá possuir um sistema de resfriamento auxiliar, como por exemplo, um ventilador/exaustor adicional.

INTERFACE DE VÍDEO

- 01 (uma) interface gráfica independente da placa mãe, com no mínimo 6GB de memória dedicada do tipo GDDR6;
- Suporte para utilização de 02 (dois) monitores simultâneos, devendo possuir no mínimo 01 (uma) entrada no padrão HDMI 1.4 ou superior mais 01 (uma) entrada VGA;
- Para a entrada VGA será aceito adaptador (HDMI/VGA ou DP/VGA) se for do mesmo fabricante ou que tenha certificado de compatibilidade emitido pelo fabricante;
- Largura de banda de 106 GB/s;
- Compatível com DirectX 12;
- GPU auditado obrigatoriamente no mês de publicação do edital no site de Benchmarks da UL Solutions, que é especializada em testes com aplicativos de escritório, (<https://benchmarks.ul.com/compare/best-gpus?types=DESKTOP>), índice mínimo em 3DMark Graphics Score de 7.500 pontos.

INTERFACE DE REDE

- Padrão gigabit ethernet 10/100/1000;
- Configuração via software (jumperless);
- Programa de instalação e configuração compatível com o sistema operacional ofertado.

FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- Fonte de alimentação 100-210v com seleção automática de voltagem;
- A fonte deve ter tecnologia PFC ativo – correção de fator de potência ativo para evitar a perda de energia com no mínimo 85% de eficiência;
- Potência mínima, acompanhada de conectores suficientes para suportar a configuração máxima prevista para o equipamento.

UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

- Uma unidade de disco sólido, do tipo SSD M.2 SATA, com capacidade mínima de 512GB.

TECLADO

- Padrão ABNT2;
- Com todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive "Ç";
- Conector USB, vedado o uso de adaptador ou conversor de padrão;
- Projetado e desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

MOUSE

- Mouse de 2 botões, ambidestro (simétrico);
- Com roda (wheel) para scroll;
- Com tecnologia óptica (sem esfera);
- Não necessitar nenhum tipo de PAD especial;
- Resolução mínima de 600 dpi;
- Plug-and-Play compatível com Microsoft Windows;
- Conector USB, vedado o uso de adaptador ou conversor de padrão;
- Acompanhado de mouse-pad;
- Projetado e desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

GABINETE DA CPU

- O gabinete deverá, obrigatoriamente, ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;
- Utilizável, de maneira estável, segura e adequada ao uso, sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do equipamento, sem a utilização de fresagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes;
- Base ou pés em material antiderrapante. Caso o projeto do equipamento admita a inserção de adesivos emborrachados ou outro material antiderrapante, estes já deverão estar fixados no equipamento quando for entregue;
- Não sendo aceito a utilização de parafusos reutilizados;
- Com sistema de refrigeração adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes;
- O gabinete do equipamento deve ter apresentação sóbria, para uso corporativo;

- Não serão aceitos efeitos de iluminação ou transparências (janelas). A cor do conjunto (teclado, mouse e gabinete) deve ser harmoniosa, apresentando a mesma cor ou uma cor predominante. A paleta admitida na cor preto. Detalhes serão admitidos, desde que discretos, sem descaracterizar a paleta predominante;
- O gabinete deve possuir botão liga/desliga e botão reset com indicador na parte frontal do equipamento;
- O gabinete deve possuir indicador de acesso ao disco rígido na parte frontal do equipamento;
- O gabinete deve permitir a instalação da placa adicional sem a necessidade de adaptações ou troca do gabinete ofertado;
- Deverá ser obrigatoriamente montado na posição vertical, sem a necessidade de adaptações.

MONITOR

- Deverão ser fornecidos monitores da mesma marca e modelo entre si;
- O monitor deverá, obrigatoriamente, ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido (sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante), e possuir a mesma tonalidade do gabinete do desktop (cor);
- Tipo LED;
- Mínimo de 21,5", Máximo de 23,8";
- Widescreen;
- Colorido;
- Plug and Play;
- Ângulo de visão: 178° horizontal e 178° vertical;
- Deve executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Controles digitais: brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;
- Com controle OSD para configuração do monitor;
- No mínimo 2 conectores, tipo VGA e HDMI ou DP;
- Para a entrada VGA será aceito adaptador (HDMI/VGA ou DP/VGA) se for do mesmo fabricante ou que tenha certificado de compatibilidade emitido pelo fabricante;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Deverá assumir a mesma garantia da máquina ofertada, conforme o item garantia;

- Cada cabo deverá ser fornecido com um adaptador para o padrão antigo de tomadas (2P + T), desenvolvido em conformidade com a norma NBR 14936:2006 e para a corrente elétrica nominal compatível com o equipamento;
- Deve possuir haste com regulagem de altura e inclinação;
- Deve ser plano.

COMPATIBILIDADE E PADRONIZAÇÃO

- O equipamento deverá ser totalmente montado pelo fabricante e entregue em embalagem por ele lacrada, não permitindo ao licitante quaisquer alterações nos equipamentos;
- Todos os componentes internos do equipamento, principalmente pentes de memória, deverão estar instalados livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado. Para isso, a organização interna dos componentes e cabos deve ser adequada sem a utilização de adaptadores, fresagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento;
- O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à assistência técnica e garantia no Brasil;
- Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, não será aceita a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento pelo licitante;
- Os componentes do equipamento (monitor de vídeo, gabinete, teclado e mouse) deverão ser do mesmo fabricante, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;
- Os componentes do equipamento e seus acessórios (gabinete, drive de CD/DVD, mouse, teclado e monitor) deverão ser da mesma cor/tonalidade ou a combinação de cores, conforme paleta de cores definida para o gabinete;
- O equipamento, além de seus drivers e outros softwares fornecidos, deverá ser compatível com o sistema operacional Windows 11 Pro ou superior e Office Home & Business 2021 - PT-BR. O equipamento deverá comprovadamente pertencer à linha corporativa, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;

- O modelo de equipamento ofertado deverá ser registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) da agência de proteção Ambiental (EPA), no mínimo na categoria Bronze, no site: <http://www.epeat.net>, comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação, apresentado na fase de Habilitação;

CERTIFICAÇÃO

- O microcomputador deverá estar listado na categoria de sistema na HCL (Hardware Compatibility List) Microsoft para Windows 11;
- Certificação EPA Energy Star 5.0 e Certificação EPEAT no mínimo na categoria Bronze, sendo apresentado na fase de Habilitação;
- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);
- Deve possuir certificação ISO 7779 para emissão de ruídos, apresentado na fase de habilitação;
- O equipamento deverá possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente, e apresentado na fase de Habilitação;
- O equipamento deverá apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC 61000 comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou internacional equivalente, apresentado na fase de Habilitação;
- Deve possuir certificação ISO 9001 ou ISO 9002 válida, obtida pelo fabricante original do produto ofertado, apresentado na fase de Habilitação;
- As comprovações poderão ser feitas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas, apresentado na fase de Habilitação.

SOFTWARE E DOCUMENTAÇÃO

- Cada equipamento deverá ser acompanhado de uma licença do Microsoft Windows 11 Pro ou superior e Office Home & Business 2021 64 bits ou superior, em Português do Brasil, pré-

instalado, com a respectiva etiqueta de autenticidade afixada ao gabinete do equipamento ou, no mínimo, fornecimento de uma listagem, em papel timbrado e assinada pelo responsável;

- Repasse formal e devidamente documentado das informações em formato digital;
- Os drivers devem estar disponíveis no site do fabricante conforme o modelo do equipamento.

ITEM 5 : FITA BACKUP Fita LTO 3 400GB - 800GB

Quantidade : 10

Valor Máximo Unitário : R\$ 178,09 (cento e setenta e oito reais e nove centavos)

Valor Máximo Total : R\$ 1.780,90 (um mil setecentos e oitenta reais e noventa centavos)

Cód. SGP.: 86.03.04.04687-0

ITEM 6 : TELEVISOR

Tamanho da tela: 65"

Resolução: 4K UHD;

Tipo de Painel: OLED;

Frequência Nativa (Hz): 120Hz;

Canais de áudio: 2.2;

Potência (RMS) áudio: 40W;

Conexões HDMI 2.1: 4;

Conexões USB: 3;

Entrada RF: 1;

Saída óptica: 1;

Bluetooth In/Out;

Alimentação: AC 100-240V ~ 50/60Hz;

Furação VESA: 300 x 200;

Controle Remoto com NFC.

Quantidade : 2

Valor Máximo Unitário : R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais)

Cód. SGP.: 72.07.10.62803-4

ITEM 7 : SOUNDBAR

Potência total de saída: 440W RMS;

Canais: 3.1.2;

Potência de saída caixa principal (RMS): Frontal 40W x 2 / Central 40W RMS x 1 / Superior 50 W RMS x 2;

Potência de saída Subwoofer (RMS): 220W (ativo);

Tipo de amplificador: Classe d;

Entrada e saída HDMI(HDCP 2.3);

Entrada digital optica;

Conexão USB;

Suporte para eARC;

Wi-Fi integrado (2.4G/5G);

Dolby Atmos;

DTS-X;

Controle remoto;

Cabo Óptico;

Tensão/Voltagem: Bivolt.

Quantidade : 1

Valor Máximo Unitário : R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Valor Máximo Total : R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Cód. SGP.: 58.02.01.76175-0

ITEM 8 : KIT TECLADO E MOUSE

TECLADO

- Tipo de conexão: Bluetooth Smart e conexão sem fio de 2.4GHz;
- Alcance sem fio: até 10 m;
- Criptografia sem fio;

- Detalhes da bateria: 2 x AAA;
- Apoio para as mãos integrado;
- Altura: 210 mm;
- Largura: 430 mm;
- Profundidade: 25 mm.

MOUSE

- Tipo de Conexão: Bluetooth Smart e conexão sem fio de 2.4GHz;
- Alcance sem fio: até 10 m;
- Detalhes da bateria: 1 x AA;
- Tecnologia do sensor: Advanced Optical Tracking;
- Resolução do sensor: 1.000 dpi;
- Roda de rolagem rápida;
- Número de botões: 8;
- Altura: 115 mm;
- Largura: 74 mm;
- Profundidade: 45 mm.

Teclado e mouse obrigatoriamente do mesmo fabricante (combo).

Quantidade : 1

Valor Máximo Unitário : R\$ 441,00 (quatrocentos e quarenta e um reais)

Valor Máximo Total : R\$ 441,00 (quatrocentos e quarenta e um reais)

Cód. SGP.: 86.03.04.35092-6

4.3 DECLARAÇÃO QUANTO A NÃO RESTRIÇÃO DE COMPETITIVIDADE

Declaramos que não há vícios de direcionamento a determinada marca e também não restringe a competitividade no certame. As especificações do objeto não comprometem, não

restringem e nem frustram o caráter competitivo da contratação, bem como não estabelecem preferência de qualquer natureza ou excluem indevidamente proponentes interessados ao certame.

5. ORÇAMENTO ESTIMATIVO

5.1 A(s) empresa(s) não poderá(ão) cotar valor(es) acima do estimado, sob pena de desclassificação do(s) item(ns) cotado(s). O valor máximo total da licitação está definido na Autorização para Licitar.

5.2. DECLARAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO

Declaramos que os preços cotados estão de acordo com os valores praticados no mercado. Atestamos a veracidade das pesquisas de preços realizadas. Foi realizada ampla pesquisa de mercado do ramo do objeto a ser contratado, a qual foi baseada em critérios aceitáveis em conformidade com as regras estabelecidas pela legislação em vigor, cumprindo-se a legislação municipal vigente.

A pesquisa de mercado realizada para a formação do valor de referência demonstrou a existência de empresas no mercado nacional capazes de atender às exigências do termo de referência. Os preços obtidos na pesquisa de mercado compõem os valores de referência informados na solicitação de aquisição, sendo que a Autorização para Licitar foi devidamente aprovada e autorizada pelo Ordenador da Despesa.

6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações orçamentárias informadas nas Autorizações para Licitar anexa ao processo, com recursos financeiros Próprios. Nas Autorizações para Licitar Parciais houve indicação do recurso orçamentário para a despesa e da respectiva rubrica devidamente assinada pelo ordenador de despesas.

7. CONDIÇÕES DE JULGAMENTO

7.1. O julgamento deste certame será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

8. AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS

8.1 A fim de verificar se o objeto ofertado atende às especificações do edital e anexos, a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar o catálogo completo (datasheet) do(s) item (ns) solicitado(s), no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a

contar do envio de solicitação formal, dentro do horário estipulado, com base no horário de atendimento do requisitante, para entrega no endereço do responsável pela análise prévia.

8.1.1 Os catálogos deverão ser entregues devidamente identificadas, conforme a seguir:

- a) individualizadas um a um;
- b) com o nome da empresa, número do Pregão Eletrônico e do item correspondente ao da proposta.

8.1.2 No caso em que a licitante vencedora ter o catálogo reprovado, ou tenha sido entregue fora das especificações previstas no edital, sua proposta será desclassificada, sendo a licitante classificada a seguir imediatamente chamada para substituir a desclassificada e assim sucessivamente, até que o catálogos apresentados sejam aceitos pela Administração.

8.1.3 A licitante declarada vencedora deverá realizar a entrega do objeto da licitação somente de acordo com o catálogo apresentado e aprovado.

8.1.4 Os catálogos serão fornecidas sem custo, no local indicado no Edital.

8.1.5 O prazo limite para retirada dos catálogos não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

8.1.6 Os catálogos não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

8.1.7 Os catálogos aprovados permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega.

8.1.8 A apresentação e aceite dos catálogos não isentam nem diminui a responsabilidade do fornecedor, nem a garantia dos produtos ofertados.

8.2 Como critério de aferição da qualidade do objeto, poderá ser solicitado que a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar apresente Laudo Técnico original ou em fotocópia autenticada, atestando as características do produto, em conformidade com as

exigências do objeto, no endereço do requisitante, no prazo de até 3 (um) dia útil, a contar do envio de solicitação formal.

8.3 As informações devem estar corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre as Especificações Técnicas do produto ofertado.

8.4 Havendo necessidade, será publicado comunicado de solicitação no Portal e-Compras Curitiba.

8.5 Todas as despesas necessárias de qualquer natureza correlatas ao catálogo, laudos ou descritivos técnicos, incluindo transporte ou reposição do produto, correrão por conta da licitante.

8.6 Em observância ao princípio da publicidade, todas as demais licitantes poderão verificar os catálogos e os documentos apresentados, bem como acompanhar a sua análise, mediante pedido de agendamento prévio.

8.7 A não apresentação do catálogo, laudo e/ou do descritivo técnico ou se tais catálogos e documentos não corresponderem às especificações do Edital, quando solicitados, acarretará na desclassificação da empresa no item cotado.

8.8 A exigência quanto aos catálogos, laudos e descritivos técnicos serão válidos apenas para esta Licitação e no item ou lote participante, não sendo válida para aproveitamento em demais compras.

8.9 O catálogo completo (datasheet) deverá corresponder ao produto indicado na proposta da licitante, salvo se o catálogo apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

8.10 Ocorrendo a desclassificação da primeira colocada, será convocada a próxima proponente, para apresentar o que foi solicitado nas mesmas condições da primeira colocada, e assim sucessivamente até o atendimento na íntegra do solicitado.

8.11 A licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

9 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Para a participação nesta licitação os interessados deverão estar cadastrados junto ao Município, sendo que na fase de habilitação serão analisados os documentos referentes à licitante classificada com o melhor lance.

9.1.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 328/21, deverá ser juntada Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo que, em caso de pessoa jurídica com mais de um domicílio, a certidão deverá ser da sede ou filial que executará o contrato, com emissão, no máximo, de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua emissão.

9.1.2 A Certidão Positiva de Recuperação Judicial será admitida desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que o Plano de Recuperação Judicial foi acolhido e que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública, levando em consideração o objeto a ser contratado.

9.2. Na fase de habilitação serão analisados os documentos referentes à licitante classificada com o melhor lance e que esteja devidamente cadastrada no Serviço de Cadastro e Relação de Fornecedor do Departamento de Licitação e Gestão de Compras da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação, nos termos dos Decreto Municipal nº 104/19 e Decreto Municipal nº 328/21.

9.3 Para o julgamento da habilitação, o Pregoeiro emitirá o documento - Relação de Fornecedor, disponível no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba.

9.3.1 Para o Microempreendedor, o objeto será verificado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, nos termos do Decreto Municipal nº 104/2019.

9.4 A Relação de Fornecedor será analisada pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio por meio do Sistema de Gestão Pública e a validade dos documentos será conferida.

9.4.1 Em se verificando estar a data de qualquer documento vencida, a licitante será INABILITADA, salvo se os documentos estiverem disponíveis na internet. Neste caso, o Pregoeiro emitirá o documento e verificará a sua regularidade, habilitando-a ou não, conforme o caso.

9.5 Os documentos exigidos, além dos previstos para o cadastramento e que não tiverem em seu texto o prazo de validade, deverão ser apresentados com expedição máxima de três meses, a contar da data de sua emissão.

9.5.1 Excetuam-se da regra de prazo prevista no item 9.5 os atestados de capacidade técnica, se exigidos.

9.5.2 O prazo previsto no item 9.5 poderá ser diverso se houver norma específica contendo prazo diferenciado para validade de determinados documentos.

9.6 É de responsabilidade da licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos junto ao cadastro.

9.7 Para os documentos exigidos que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, o pregoeiro concederá prazo de no mínimo 24 horas, que pode ser prorrogado, a pedido, desde que justificado pela parte interessada, e após anuência do gestor do órgão promotor, para a apresentação dos mesmos, findos os quais sem que tenham sido apresentados os documentos faltantes, haverá a inabilitação da licitante.

9.8 Além dos documentos constantes da Relação de Fornecedor, deverão ser entregues, sob pena de inabilitação, os seguintes documentos:

I - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Estamos cientes que para os documentos exigidos que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, o pregoeiro poderá conceder o prazo de no mínimo 24 horas, que pode ser prorrogado, a pedido, desde que justificado pela parte interessada, para a apresentação dos mesmos, findos os quais sem que tenham sido apresentados os documentos faltantes, haverá a inabilitação da licitante.

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, em conformidade com o Decreto Municipal nº 328/2021.

- O licitante melhor colocado deverá anexar o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis no sistema eletrônico de Cadastro de Fornecedores do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

- O licitante melhor colocado será notificado via sistema e-Compras Curitiba para a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício social exigíveis na forma da Lei, registrado no órgão competente, caso não haja balanço aprovado ou se o balanço estiver fora do prazo de validade no Cadastro Eletrônico do Fornecedor no sistema e-Compras Curitiba. O prazo para a apresentação será de 1 (um) dia útil, após o envio da Notificação de Balanço.

- O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis inserido no Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba será analisado por contador habilitado do Município de Curitiba, caso o licitante tenha sido classificado com o melhor lance.

- Fica o Microempreendedor Individual - MEI desobrigado à apresentação dos balanços patrimoniais.

- A análise da documentação de habilitação somente será efetuada do licitante classificado com o melhor lance.

JUSTIFICATIVA: Será exigida qualificação econômico-financeira, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, como forma de garantia do cumprimento das obrigações previstas na contratação futura.

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Não será exigida qualificação técnica.

III - VISITA TÉCNICA

a) Na presente licitação não será exigida VISITA TÉCNICA.

IV - OUTRAS COMPROVAÇÕES

Estamos cientes que para os documentos exigidos que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, o pregoeiro poderá conceder o prazo de no mínimo 24 horas, que pode ser prorrogado, a pedido, desde que justificado pela parte interessada, para a apresentação dos mesmos, findos os quais sem que tenham sido apresentados os documentos faltantes, haverá a inabilitação da licitante.

10 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados da data de disponibilização do empenho no Portal e-Compras Curitiba, no endereço da unidade requisitante e em conformidade com as informações contidas no instrumento de contratação. Entendemos que o prazo de entrega dos equipamentos poderá se estender para até 90 (noventa) dias consecutivos após o recebimento da nota de empenho em alguns casos. Caso ocorra fato superveniente, deverá ser devidamente justificado através das razões expressas vinda do próprio Fabricante do equipamento.

Tipo de entrega: direta, no prazo estipulado.

Entrega: parcela única.

A entrega do bem será realizada de uma única só vez e imediata, no prazo máximo fixado para a entrega. Se no momento da entrega, o(s) produto(s) não corresponder (em) as especificações solicitadas fica a empresa obrigada a efetuar a troca do(s) mesmo(s), dentro do período de uma semana, caso em que não ocorrendo à troca, fica a empresa sujeita às penalidades previstas no Edital de Embasamento.

10.1 LOCALIDADE PARA ENTREGA / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto da licitação, quando solicitado, deverá ser entregue no seguinte endereço:

Rua Barão do Rio Branco, nº45 – 7º andar - Curitiba. – Paraná.

O responsável pela análise prévia das amostras e recebimento final dos produtos licitados será: Davidson José Moulepes, matrícula: 81.599

Telefone(s): (41) 3221-8820.

De segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h00 e 14h às 17h00

10.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratado.

10.5 Garantia - 12 meses on-site, assistência técnica autorizada em Curitiba, o produto deverá ser entregue em embalagem original e perfeitas condições de uso, devendo ser novo, sem uso anterior.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.5 efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

11.6 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber, respeitada a legislação pertinente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006;

11.7 prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.3 a entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na data e local, conforme empenho, no(s) endereço(s) indicado(s) no(s) recibo(s) de entrega(s), livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de carga e descargas e seguro de transporte se houver presentes as Notas Fiscais correspondentes. Considerar-se-á em mora no dia seguinte ao vencimento deste prazo.

12.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.5 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 dias contados a partir da solicitação pelo Contratante, o objeto com avarias ou defeitos, sem qualquer ônus, obrigações ou despesas para o Município;

12.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.7 assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento.

12.8 indicar preposto, por escrito, com poderes de representação suficientes para prestar soluções e quaisquer assuntos relacionados à execução do ajuste, bem como deverá estar capacitado para gerenciar, de forma eficaz e preordenada à obtenção dos resultados pretendidos pelo Contratante, os recursos humanos e materiais disponíveis na prestação do serviço.

12.9 manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 24 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos objeto contratado;

12.10 responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do objeto licitado. Se o objeto licitado não corresponder às especificações do Edital, será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste Edital de embasamento, além da responsabilização por eventuais danos de qualquer natureza decorrentes de sua inexecução total ou parcial;

12.11 fornecer, quando solicitado pelo Contratante, quaisquer elementos necessários à avaliação do objeto licitado.

12.12 assumir integral responsabilidade por quaisquer ações, custos, despesas ou encargos decorrentes da execução ou inexecução do objeto licitado.

12.13 responder, exclusivamente, por quaisquer compromissos assumidos por si perante terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus empregados,

prepostos ou subordinados, ficando ao Município assegurado direito de regresso, se lhe for imputada eventual condenação.

12.14 substituir, imediatamente, o objeto em que for detectada pelo Município, a qualquer tempo, mesmo ultrapassado o período de garantia, vícios de qualidade ou incompatibilidades entre o objeto fornecido e as especificações solicitadas no Edital.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 A presente licitação não admite subcontratação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Na presente licitação não será exigida garantia de execução.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DO BEM, OBJETO DA AQUISIÇÃO

15.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

15.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de

qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.6.1 O prazo indicado no item 15.6 , durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.6.2 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1 Nos termos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., será designado um agente público para acompanhar e fiscalizar a entrega

dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

16.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

16.3 O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4 Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação oriunda deste Pregão Eletrônico os respectivos servidores: Jorge Rangel Heckmann, matrícula nº 81.647 e Davidson José Moulepes, matrícula nº 81.599, para o exercício das atribuições constantes no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A

17. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

17.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o aceite do(s) item (ns) e contados da aprovação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

17.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.2 Após a entrega do objeto licitado, a Nota Fiscal deverá ser entregue ao gestor do contrato, que a encaminhará ao setor competente.

17.2.1 A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A

CNPJ: 76.493.899/0001-93

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

17.2.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

17.2.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas viciadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

17.2.4 No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá ser informado o(s) número(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) correspondente(s), da Autorização de Fornecimento ou do Contrato, se for o caso.

17.2.5 A Nota Fiscal e as faturas discriminativas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3330/2008, relativo à apresentação de nota fiscal eletrônica.

17.2.6 Na Nota Fiscal deverão ser indicados o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente, onde será creditado o valor.

17.3 Será aplicada compensação financeira, quando houver atraso de pagamento dos valores devidos por culpa exclusiva do Contratante, observada a apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao atraso.

17.3.1. O pagamento da compensação financeira estabelecida no item anterior dependerá de decisão motivada da autoridade competente, condicionada à apresentação de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

17.4 No caso de atraso de pagamentos, em períodos superiores ao determinado na legislação vigente, poderão ser cobrados, exclusivamente, os seguintes encargos:

- a) Juros remuneratórios, por dia de atraso, sobre a parcela vencida, observado o disposto na Resolução nº 2/2019 – SMF;
- b) Correção monetária adotada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA/IBGE, e, na falta deste, outro que venha a substituí-lo.

17.4.1 Os juros remuneratórios serão os resultantes da divulgação da Taxa Referencial de Juros – TR, divulgada pelo BACEN – Banco Central do Brasil.

17.5 A Resolução nº 2/2019 – SMF se aplica somente às contratações com recursos decorrentes do Tesouro Tributário Municipal. As despesas decorrentes da mora da União, Estados ou de outras fontes não controladas pelo Município seguirão a regulamentação aplicável pelo respectivo ente público ou entidade.

17.6 Previamente à emissão de nota de empenho e à cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba para identificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e a eventual suspensão temporária de possibilidade de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.6.1 A verificação de eventual irregularidade da Contratada não ensejará a retenção do pagamento, devendo o Município, após realizá-lo, conceder prazo de até 30 dias, prorrogável por duas vezes, totalizando o prazo máximo de 90 dias para a respectiva anexação da documentação que comprove a regularidade e, ao final, na hipótese de não regularização, tomar as medidas necessárias ao processo administrativo destinado à rescisão do ajuste.

17.6.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.6.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.6.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão mantidos, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação cadastral.

17.7 Poderá ser rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

17.8 Serão realizadas eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber, respeitada a legislação pertinente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006.

17.9 Depositado o valor correspondente ao pagamento, a Contratada não poderá mais reclamar quaisquer diferenças, dando plena, geral e irrevogável quitação dos valores recebidos.

18 REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2 Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço de eventual valor remanescente.

19. PENALIDADES

19.1 São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, assim como aquelas previstas no Decreto Municipal Nº. 1.235/2003.

19.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor:

19.2.1 Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

19.2.2 Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

19.2.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 01 (um) ano, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

19.2.4 Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso no fornecimento, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

19.2.5 Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no subitem anterior e a imposição das sanções previstas no item 19.2.2 ou 19.2.3.

19.2.6 Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o Valor do Contrato, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

19.3 As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

19.4 Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

19.5 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

19.5.1 Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

19.6 As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

19.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 19 não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

19.8 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pelo fornecimento dos objetos, de acordo com o prescrito no Edital e conseqüentemente responde, civil e criminalmente por todos os danos que no seu fornecimento venha a provocar, direta ou indiretamente para a CURITIBA S.A.

20. DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

20.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a entregar o objeto desta contratação estritamente de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar irregularidade na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O Fiscal deve, neste caso, comunicar formalmente quaisquer ocorrências quanto à execução dos serviços, para anotação e adoção das medidas cabíveis.

21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1. Os recursos provenientes para o pagamento do objeto licitado são decorrentes de RECURSO PRÓPRIO da CURITIBA S/A.

21.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., CNPJ: 76.493.899/0001-93 e deverá ser acompanhada de todos os documentos técnicos dos bens adquiridos (garantia, manual de instrução, etc.);

21.3. O pagamento somente será realizado mediante as comprovações das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa no dia da licitação;

21.4. A não entrega dos bens em perfeitas condições de uso, na data pactuada, implicará nas sanções previstas na lei nº. 8.666/1993 - Lei de licitações e suas alterações, bem como no Decreto nº. 5.450/2005, que regulamenta o Pregão na forma eletrônica.

Curitiba, 09 de FEVEREIRO de 2022.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A.